

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Sintonia com o eleitor

A vontade do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em vincular parte das emendas para mitigar as consequências de desastres naturais não terá tanta dificuldade na Câmara. É que, diante das mudanças climáticas, a maioria dos estados brasileiros passou por catástrofes como a que assola, atualmente, o Rio Grande do Sul. Quem discordar, corre o risco de ser “cancelado” na base eleitoral.

## O pulo do gato

Há um outro “incentivo” para que deputados e senadores aceitem essa ideia: esses recursos emergenciais, geralmente, são liberados de forma automática, tipo “emendas Pix”.

## Desgaste contido

Três horas antes de o governo anunciar o adiamento do concurso unificado, a base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sul pressionava, no sentido de se conectar com as pessoas: “Como que a gente não está sendo sensível o suficiente para entender que é um momento de calamidade? Isso fala muito do distanciamento de realidade que estamos tendo agora”, comentou a deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), na reunião da bancada gaúcha.

## Postura correta

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, preferiu manter distância das críticas do PSDB ao governo Lula sobre a demora do presidente a ir ao estado. O governador comentou com amigos que está ocupado demais para entrar em briga política nesse momento. Lula idem. Os presidentes dos partidos que duem nas redes.

# A dificuldade dos vetos

Líderes partidários acertaram a derrubada do veto aos R\$ 3,6 bilhões do Orçamento, mas ainda está longe de se conseguir um entendimento para os vetos das “saidinhas” de presos e o que fixa o calendário para liberação das emendas. O governo considera esses vetos inegociáveis, mas nem a avalanche de emendas liberadas nos últimos dias serviu para que as bancadas aceitassem mantê-los.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não tem mais argumentos para adiar essas votações. Afinal, a próxima semana será uma das poucas de muito movimento, antes das festas juninas e das campanhas.



## CURTIDAS

Diego Marlon/Prefeitura do Recife



**O périplo de Vagner/** Um dos féis escudeiros de Lula, o presidente do Sesi, Vagner Freitas, percorre os estados para conhecer os projetos das prefeituras que podem ser apoiados pela instituição. Dia desses, esteve com o prefeito do Recife, João Campos (foto). Foi a primeira reunião para conhecer programas que possam convergir em parcerias junto aos trabalhadores da cidade.

**Reza forte/** Depois da presidente do banco do BRICS, Dilma Rousseff, foi a vez de o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, visitar o Papa Francisco, junto com o presidente do PSD, Gilberto Kassab, para tratar justamente de mudanças climáticas e transição energética.

**Só tem um probleminha/** Agenda com o Papa, marcada com antecedência, não se recusa, mas com milhares de pessoas sem energia no Rio Grande do Sul, Silveira correu o risco de ouvir um “Vada a bordo, cazzo” — tal como o comandante Francesco Schettino ouviu, em 13 de janeiro de 2012, quando o Costa Concordia adernou no mar Mediterrâneo. O governo federal montou uma força-tarefa para atendimento às pessoas e uma das áreas prioritárias é energia.

**Atenado/** O ministro, apesar de distante fisicamente, estava atento aos problemas que afetam o Rio Grande do Sul. Hoje, com a tecnologia, ninguém fica alheio. De lá, coordenou, por exemplo, as conversas para garantir o fornecimento de energia do Uruguai para o Rio Grande do Sul.

## CONGRESSO

Sessão conjunta será dia 9 e governo trabalha para não sair, de novo, fragorosamente derrotado na análise de vetos

# Corrida para obter acordos

» ALINE BRITO

A Secretaria-Geral da Mesa do Senado marcou, para o dia 9, às 10h, a sessão do Congresso para analisar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A data foi marcada na sequência da reunião com o chefe do Poder Executivo com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na noite de quinta-feira, no Palácio da Alvorada. No encontro, os dois tentaram apurar as arestas que atritam governo e Congresso, cujos principais efeitos são pesados rombos no caixa da União — como os previstos

com o projeto da desoneração de 17 setores da economia e de prefeituras de municípios até 142 mil habitantes e a PEC do Quinquênio.

Do encontro entre Lula e Pacheco — que tratou ainda da calamidade vivida pelo Rio Grande do Sul por causa das chuvas e enchentes —, participaram, também, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Além das matérias que impactam pesadamente os cofres públicos, os dois lados tentam construir uma saída para o veto presidencial à parte do

Ed Alves/CB/D.A Press



Lula e Pacheco tentaram construir pontes para superarem mal-estar. Governo quer evitar derrotas contundentes

Orçamento de 2024, que trata das emendas de comissões. A derrubada desse trecho pode custar mais R\$ 3,6 bilhões.

Para evitar um déficit, Lula espera que o Senado aprove a retomada da cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos

Automotores Terrestres (DPVAT). Porém, ainda não foi digerida por Pacheco a ida do governo ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a desoneração da folha. A expectativa de que, até quinta-feira da próxima semana, uma alternativa esteja à disposição

— que pode ser um projeto de lei que aumenta, gradualmente, a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de municípios com até 50 mil habitantes e receita corrente líquida per capita de até R\$ 3.895 (PL 1.027/24).

## Antecipação de receita

No projeto do DPVAT, há um dispositivo que antecipa R\$ 15,7 bilhões de créditos ao governo. O impasse sobre a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 233/23 foi o principal responsável pelo adiamento da sessão do Congresso. Agora, a expectativa é que a matéria seja aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário do Senado no dia 8.

A sessão do Congresso deve representar para o governo um conjunto de derrotas. Isso porque serão incluídos na pauta vetos que são considerados pelo Planalto como batalhas perdidas. Um deles é o do trecho do projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos para visitar parentes em datas especiais — como Dia das Mães e Páscoa. Esse PL foi aprovado pelo Congresso com ampla maioria, que criticou o veto de Lula.

Além disso, ainda estão na pauta a parte da lei de taxação dos fundos offshore e o projeto que viabiliza regularização de terras na Amazônia. Outro veto, que altera a Lei das Licitações, e o que trata da flexibilização no registro de agrotóxicos no Brasil, também serão incluídos.

Reprodução/JR Fantazzini



Joca morreu depois de uma falha no transporte aéreo da Gol

# Caso Joca: PLs querem regular transporte

Motivados pela morte do cão Joca, em 22 de abril, em um voo da Gollog — empresa de transporte de cargas da companhia aérea Gol —, dois senadores apresentaram, nesta semana, projetos de lei que visam regulamentar o transporte de animais de estimação no Brasil. A proposta é criar uma lei federal que estabeleça condições e critérios mínimos para que os animais sejam transportados de forma segura.

A proposta de autoria do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), apresentada dia 29, determina que as empresas de

transporte coletivo, seja aéreo, terrestre ou aquaviário, providenciem mecanismos que garantam conforto térmico, alimentos, água e travas para as caixas dos animais que viajam fora da cabine dos passageiros. Além disso, o texto torna obrigatórias a implementação de um sistema, digital e remoto, de localização e verificação dos sinais vitais do animal.

Segundo o parlamentar, é preciso evitar, por meio de uma regulamentação “mais rígida e eficaz”, os transportes inadequados que podem levar a lesões, perdas e até a mortes dos animais.

Citando a falha operacional que fez com que Joca embarcasse no voo errado, Rodrigues afirma que a proposta é um avanço “no tratamento ético e respeitoso a esses seres” e atende aos anseios da sociedade.

Já o projeto de Eduardo Gomes (PL-TO), submetido no dia 30 e que ainda aguarda despacho às comissões, diz respeito apenas ao transporte aéreo, doméstico e internacional dos animais. No entanto, traz definições mais liberais ao propor que os animais de até 50kg possam viajar na cabine de passageiros, sem a

necessidade de caixa transportadora, no piso da aeronave ou no colo do tutor.

Os requisitos para esta modalidade de transporte são que o animal “não incomode outros passageiros”, esteja com as vacinas em dia, possua um atestado de saúde, utilize coleira ou focinheira e permaneça com o responsável durante toda a viagem.

A empresa aérea fica garantido o direito de negar o embarque “caso seja constatada agressividade ou comportamento de risco” do animal e a cobrança de taxa específica para o transporte.